

## **A SOCIEDADE E O MEIO AMBIENTE**

### **INTRODUÇÃO**

Tomando-se como base o texto de Ferreira (1999)<sup>1</sup>, neste material apresentam-se algumas questões que circundam o debate do ambientalismo, especialmente quando pensado na realidade nacional, no contexto do Brasil.

A autora citada (1999) menciona no decorrer de seus esclarecimentos duas linhas de análises acerca do movimento ambientalismo, justificando a relação do mesmo com a sociedade seja do ponto de vista culturalista ou do ponto de vista estruturalista (os quais são expostos neste material).

Além disso, a própria noção trazida por Ferreira (1999) a respeito de movimento social somada aos esclarecimentos sobre conceitos relacionados como, por exemplo, o de Organização Não Governamental e sobre a origem do ambientalismo enfatiza a relação declarada no título deste material como intrínseca, essencial.

Acredita-se ser natural diversas controvérsias em diferentes assuntos discutidos pelas Ciências Sociais na atualidade, incluindo, portanto o ambientalismo. Sendo assim, mesmo admitindo-se a premissa de que a neutralidade não é possível, esclarece-se que o objetivo do conteúdo apresentado não é privilegiar um ponto de vista ou outro, mas apenas levar ao educando informações básicas pertinentes às discussões mencionadas.

---

<sup>1</sup> FERREIRA, Lúcia da Costa. **Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro**. Ambiente & sociedade, 1999, vol., n. 5.

## 1. Esclarecimentos iniciais

Ferreira (1999, p. 35), aponta que, sobre a “[...] causalidade na abordagem dos movimentos sociais ou da ação coletiva, principalmente naquela que trata do ambientalismo”, há duas análises distintas.

Tanto uma quanto a outra, porém, têm como preocupação fundamental a relação entre **mudança social** e **crise** quando se trata do foco no ambientalismo, especialmente a partir da década de 90, visto que:

[...] na medida em que este se viu obrigado a enfrentar um redirecionamento das instituições estabelecidas, sejam elas nacionais ou supranacionais, no sentido da descentralização das decisões e popularização do processo de formulação de políticas públicas, que expressaram em período recente uma orientação genérica a um futuro viável (FERREIRA, 1999, p. 35).

Além disso, ao mesmo tempo em que tal redirecionamento foi constatado, identificou-se o fortalecimento da noção de ONG (Organização Não Governamental), tornando visível certos pontos de fragilidade das teorias que se referem aos movimentos sociais, em especial o ambientalismo aqui discutido, tanto com relação à estrutura de referências destas teorias, quanto com relação às práticas que se relacionam as mesmas. A origem de tal fragilidade é explicada por alguns teóricos da seguinte maneira:

[...] as teorias por eles desenvolvidas são inadequadas para compreender o papel das ONGs, porque partem de um conceito tradicional de política, referindo-se à modernidade e à modernização, ou seja, à questão da racionalidade e do alinhamento que conferem sentido a ambos os processos que impulsionaram o crescente desenvolvimento industrial do início do século (FERREIRA, 1999, p. 35).

Quanto às linhas de análise, a primeira delas (representada por antropólogos e sociólogos) enfatiza que o centro dos movimentos sociais está baseado nas “[...] mudanças culturais ou sociais provocadas no tecido social ou nas orientações que organizam a ação” (FERREIRA, 1999, p. 35).

Esta é, portanto, a linha culturalista, visto que desta perspectiva os movimentos sociais e/ou as ações coletivas são conseqüências de mudanças de valores e cultura, estando os teóricos desta tradição voltados à identificação de “[...] novos estilos de vida baseados em valores não materiais, possíveis graças à satisfação das necessidades básicas em sociedades pós-industriais” (FERREIRA, 1999, p. 35).

Contrariamente, apresenta-se a posição de cientistas políticos, os quais acreditam que a ênfase acerca do assunto pertence às “[...] características das instituições políticas, ou em sua capacidade organizativa” e pensam “[...] o desenvolvimento de ações coletivas ou movimentos sociais como resultado de mudanças sociais e econômicas nas formações sociais contemporâneas” (FEREIRA, 1999, p. 35).

Voltando-se para a questão que preocupa ambas as posições, especificamente no que se refere à tensão entre crise e mudança social, afirma-se que:

[...] seria conveniente aceitar aqui essa hipótese de “crise” do ambientalismo, simplesmente porque esta é uma hipótese boa de se pensar. Através dela pode-se trabalhar questões fundamentais, há que remete à sua essência reflexiva e francamente orientada a mudanças e inovações (FERREIRA, 1999, p. 36).

### ***1.1. Caracterizações e argumentações do ambientalismo***

De acordo com a autora já citada (1999), quando foi possível identificar o ambientalismo tal como hoje é reconhecido (entre a década de 70 e 80), pensava-se em tal movimento como outros, alguns do mesmo período, apenas como legitimação de um determinado grupo:

[...] emergindo no seio das classes médias intelectualizadas dos grandes centros urbanos, parecia a todos que, tal qual os movimentos estudantil, de minorias étnicas, de gênero, ou de liberação dos costumes, o objetivo central do ambientalismo seria muito mais a aceitação das suas idéias e da sua identidade enquanto grupo social diferenciado do que a transformação da sociedade como um todo; seria muito mais o seu reconhecimento enquanto uma especificidade por parte de outras categorias de sujeitos do que a proposta de transformação desses sujeitos segundo seus parâmetros e propósitos (FERREIRA, 1999, p. 37).

No que se refere à noção de ambientalismo equiparada às idéias de outros movimentos sociais, identifica-se a materialização do argumento de Ferreira (1999) em alguns relatos, fontes e similares, dentre os quais se expõe aqui uma interpretação correlata ao feminismo:

Quer se fale de educação feminista ou de educação ambiental, o ponto de partida será sempre o mesmo: o eixo para NOVAS RELAÇÕES a serem estabelecidas entre homens e mulheres nas sociedades e das sociedades com a Natureza. Tudo acontece holisticamente. Não há como fragmentar e separar as propostas. A partir de distintos enfoques, de grupos sociais diferentes ou de contextos sociogeográficos diferenciados, mesmo em termos operacionais, é importante não perder de vista o eixo condutor que é sempre um: a luta pela VIDA na Terra (VIEZZER, 1995, p. 73).

Outra parte donexo entre o ambientalismo e outros movimentos sociais é apresentada por alguns autores, cujo argumento defende a idéia de que os problemas ambientais atuais são motivados pelo modelo civilizatório da modernidade (ocidental), bem como nos valores da mesma.

Neste sentido, muitas vozes do ambientalismo entendem que o conjunto das ações educativas ecologicamente responsáveis está relacionado a mudanças de valores e, portanto, deve implicar profunda reflexão no que se refere, principalmente, a visão do homem sobre si mesmo e a natureza.

Deste ponto de vista, a transformação deve ser iniciada dentro do dia-a-dia, isto é, do cotidiano e, após tal início, ser somada ao desenvolvimento de debates outros incluindo a ética.

O assunto ética, aliás, apresenta-se como central em muitas das discussões empreendidas pelo ambientalismo. Sobre isso, destacam-se aqui as perspectivas apresentadas por Vieira (1995).

Para tal autor (1995), a orientação baseada em níveis relativistas de valores tem se prestado ao papel de alicerce de comportamentos omissos e de construções equivocadas de ética:

Temos percebido em muitos sistemas humanos um comportamento que sugere que, para eles, consciente ou inconscientemente, não vale a pena fazer seja lá o que for; o que o que deve ser feito é o que garanta prazer e poder a alguns e de forma imediata, porque afinal os indivíduos só vivem suas vidas e não as dos outros, notadamente aqueles que estão em um possível futuro.

Mas ao mesmo tempo, percebemos que muitas vezes uma imensa maioria (e não os alguns citados) simplesmente nem percebe o que acontece, mesmo sofrendo as já presentes conseqüências dessa forma de necrofilia. Acreditamos que este é efetivamente um problema de educação, extremamente difícil porque não envolve só o que é ensinado em uma escola ou o que um especialista consegue exprimir, em meio aos processos de comunicação viciados e tendenciosos; é difícil porque exige educação na acepção mais completa e por isso mesmo complexa do termo (VIEIRA, 1995, p. 27).

No que diz respeito à visão do homem sobre si mesmo e sobre a natureza, há certa ênfase no argumento de que a humanidade, de uma maneira geral, privilegia as idéias e afastamento da ação individual com relação à ação coletiva, bem como do homem com relação à natureza, sendo esta última percebida como a “[...] desvinculação do homem em relação à natureza, que está imbricada na ideologia dominante em nossos dias, leva o homem a criar para si um ambiente que se opõe à natureza e que, contraditoriamente, se opõe a sua sobrevivência como ser da natureza” (ANTUNIASSI, 1995, p. 44).

Neste mesmo sentido, acredita-se que, no mínimo, numa análise superficial:

Na sociedade moderna, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia resultou na dessacralização do relacionamento do homem com a natureza. A passagem para o campo da objetividade científica e sobretudo o advento do modo de produção capitalista e da sociedade industrial e as transformações ideológicas decorrentes, transformaram os bens da natureza para o homem contemporâneo em recursos naturais, em bens econômicos. A natureza visualizada e percebida como ‘recursos naturais’ passa a ser estendida como um objeto a ser apropriado e comercializado, basicamente como fonte de lucro e acumulação de riquezas” (ANTUNIASSI, 1995, p. 43).

É por tamanha amplitude de assuntos relacionados e fundamentais que o ambientalismo acaba sendo percebido como um movimento peculiar no que se refere à sua abrangência:

[...] o ambientalismo surpreendeu a todos, ou a si mesmo, quando começou a esboçar intenções mais amplas de se constituir como um ator que ultrapassava as classes médias para dialogar com outros segmentos sociais e, também, quando ultrapassou as próprias idéias estabelecidas inicialmente na oposição genérica a uma sociedade predatória e imediatista, para esboçar algo que parecia constituir-se como um novo projeto de sociedade (FERREIRA, 1999, p. 37).

Além de o ambientalismo ser compreendido como:

[...] um movimento social histórico, portador de um projeto de mudança universalizante, com fôlego para articular setores sociais díspares provenientes de agências governamentais, do mundo acadêmico, de empresas, de organizações não governamentais e de movimentos comunitários. A identidade que os integrava era a orientação à sustentabilidade ou ao desenvolvimento sustentável (FERREIRA, 1999, p. 37).

A fim de esclarecer com maior objetividade este ambientalismo, Ferreira (1999) explica que um movimento social pode ser definido de maneira “pluri”, pois é um conflito social (visto que visa sobressair-se com relação ao pensamento oponente), mas também é um projeto cultural (já que a “vitória” sobre a linha contrária implica na materialização dos valores culturais existentes em tal movimento).

Uma vez mais é possível demonstrar o argumento da autora (1999) através de algumas vozes do ambientalismo:

Estamos, ao que parece, sempre envolvidos em crises econômicas, ambientais, morais, etc... Pela maneira clássica de resolver problemas, diríamos: vamos por partes. Agiríamos cientificamente, isolando variáveis. Porém, tudo indica que dessa forma, as crises não se resolvem. O que ocorre é que o princípio da simplicidade, que dizia que, entre duas teorias rivais para explicar algo, a mais curta seria a melhor, não é mais válido perante a complexidade dos problemas ambientais (LEVI, 1995, p. 33).

Ainda nesta linha de raciocínio, ou seja, considerando as diversas vozes do ambientalismo, considera-se que “[...] o discurso ambiental não representa apenas o discurso sobre o ambiente, mas também o processo social através do qual ele é constituído e transmitido”. Sendo assim, “o ambientalismo, segundo sua proposta, é um discurso transcultural que perpassa diferentes categorias de sujeitos, sem contudo abolir diferenças culturais, já que é incorporado de maneira diferenciada por sujeitos também diferenciados” (FERREIRA, 1999, p. 50)<sup>2</sup>.

A mesma autora (1999) ao enfatizar o ambientalismo no contexto nacional, isto é, no Brasil, aponta para a influência do debate acadêmico da década de 90, dentro do qual tal movimento “[...] passou a reconhecer-se como um ator social ao motivar-se a constituir-se como um grupo de conflito, portador de um projeto cultural de sociedade” e, neste sentido, o movimento teria desempenhado “[...] um papel bastante significativo, tanto por sua visibilidade pública quanto por sua influência sobre seus parceiros” (FERREIRA, 1999, p. 41).

Tendo em vista os esclarecimentos abordados até então, cabe inserir as informações acerca das questões de ONGs, anteriormente referenciada, para que seja possível finalizar o assunto ambientalismo.

Sobre tais organizações, Ferreira (1999, p. 43) explica que “a denominação genérica ONG’s foi criada pelas Nações Unidas em 1950 (Resolução 288 do ECOSOC) para sintetizar um conjunto muito variado e heterogêneo de organizações internacionais não oriundas de acordos governamentais e atuantes no âmbito supranacional”.

Ainda tal autora (1999, p. 45) afirma que do ponto de vista das ONGs “seu papel principal na atualidade talvez possa ser resumido em apontar evidências de que há inúmeras possibilidades de superar a crise global atual”<sup>3</sup>.

Seguindo as exposições de seu texto, Ferreira (1999) explica que as ONGs ambientalistas transnacionais seriam aquelas com bases e/ou atividades em mais de um país, tendo como objetivos principais a luta contra a degradação do ambiente e a promoção de maneiras de desenvolvimento sustentável.

Estas mesmas instituições seriam as que “[...] buscam soluções para os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento nos espaços local, regional e global,

---

<sup>2</sup> Cultura no sentido aqui empregado seria “[...] processo, através do qual a ação social é constituída e transformada, através da comunicação. Nesse sentido processual, os conceitos de cultura e discurso são muito semelhantes” (FERREIRA, 1999, p. 50).

<sup>3</sup> Tal crise seria a crise ecológica.

algumas vezes em colaboração com o Estado, mas em muitas outras, suas ações passam ao largo da política tradicional do Estado Nação” (FERREIRA, 1999, p. 44).

Já as ONGS de atuação nacional seriam aquelas que têm como público-alvo preferencial de seus projetos “[...] índios, seringueiros, ribeirinhos, sertanejos, pescadores, pequenos agricultores familiares, artesãos, ex-sem terra assentados, grupos de jovens moradores de Unidades de Conservação de uso indireto, sem alternativas de emprego e renda, dentre outros” (FERREIRA, 1999, p. 46).

Já envolvendo todos os esclarecimentos expostos até aqui, Amaral (1995, p. 99), discutindo o tema Política Ambiental, apresenta a seguinte argumentação:

[...] na política ambiental, o pacto entre diferentes interessados tem que ser construído. Supõe democracia, negociar, ouvir, falar, pesquisa propor. Trata-se de conceber um plano de uso e preservação de recursos para a nossa e as futuras gerações. Exige identificar os aliados para se chegar as boas soluções. Exige que todos sejam responsáveis: governos locais, estaduais e federal, indústria, agricultores, cidadãos da cidade e do campo (AMARAL, 1995, p. 99).

E sobre o mesmo assunto, Ferreira (1999) manifesta-se dizendo que:

De fato, no Brasil, o ambientalismo político das décadas anteriores ressurgiu nos anos de 1990 voltado à resolução direta de problemas considerados urgentes e revestido de um *design* específico para uma atuação que poderia ser chamada de “para-institucional”, uma vez que as ONGs nacionais ou transnacionais com atuação no Brasil procuraram, nesses últimos dez anos, dividir responsabilidades com governos, universidades e centros de pesquisa. Isso se deu em parte em função de fatores como a globalização da economia, a pulverização do poder e fragmentação dos projetos utópicos e metas coletivas, mas também muito em função dos esforços globais para a definição de um pacto social pela recuperação e conservação ambientais, que começou a ser esboçado na Conferência das Nações Unidas em 1992 (FERREIRA, 1999, p. 46).

Finalizando a discussão e, portanto, direcionando-a ao ambientalismo brasileiro, Ferreira (1999) se refere ao mesmo como híbrido, sendo constituído por grupos de pressão e grupos culturalistas. Sobre tais grupos e suas práticas afirma-se que:

[...] são raros os grupos de filiação culturalista que abdicam da atuação centrada no diálogo com o Estado, de modo a criar canais de participação política. Os grupos de pressão, por sua vez, incorporaram códigos de uma gramática estabelecida ideologicamente e compactuaram da necessidade de se estabelecer parcerias com outras formas de mobilização social (FERREIRA, 1999, p. 48).

Neste sentido ela não é enfática sobre a possibilidade de atuação do ambientalismo nacional, mas considera que “[...] é difícil hoje imaginar uma organização militante que desconsidere a importância da reformulação radical em códigos e valores individuais e privados para a constituição de uma nova sociedade” (FERREIRA, 1999, p. 48).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Helena Kerr do. Políticas públicas de meio ambiente. In: BRAGA, Tânia; SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Raquel (org). **Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995.
  
- ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. Educação ambiental e democracia. In: BRAGA, Tânia; SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Raquel (org). **Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995.
  
- FERREIRA, Lúcia da Costa. **Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro**. Ambiente & sociedade, 1999, vol., n. 5.
  
- LEVI, Franco. Compreensão evolutiva dos conceitos em educação ambiental e ciência ambiental. In: BRAGA, Tânia; SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Raquel (org). **Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995.
  
- VIEIRA, Jorge de Albuquerque. Ética e meio ambiente. In: BRAGA, Tânia; SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Raquel (org). **Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995.
  
- VIEZZER, Moema. A educação ambiental na ótica das novas relações sociais de gênero. In: BRAGA, Tânia; SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Raquel (org). **Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995.